



PACTO DE ESTADO E PODERES PRESIDENCIAIS

De entre as várias candidaturas em presença, é fácil reconhecer que só a minha clarificou com precisão o modo como tenciono exercer os poderes presidenciais. Para tanto, baseio-me num duplo critério.

Por um lado, o respeito inequívoco da separação e da interdependência de poderes, segundo a Constituição da República. Quer dizer, respeito pela natureza semi-presidencialista do regime. Nessa medida, não me situo entre aqueles que defendem o reforço dos poderes presidenciais. Os que existem, bastam. Convém manter o equilíbrio vigente. Mas por outro lado, não perfilho qualquer interpretação restritiva desses mesmos poderes e proponho-me extrair todas as virtualidades das atribuições que a Constituição da República confere ao Chefe de Estado.

A intervenção do Presidente da República não se pode reduzir às situações-limite em que as crises estão abertas, já com elevados custos sociais e políticos. Não é lícito assistir passivamente à degradação dos processos e quedar-se como reserva para tentar remediar o que já é irremediável. Ao Presidente da República compete agir preventivamente, estimular as soluções antes que elas se tornem ~~inevitáveis~~ ^{inviáveis}, não ser apenas o árbitro último dos conflitos mas o polo de dinamismo que favorece as convergências de sinal positivo.

Se esta necessidade é manifesta, mais evidente ela se tornou com a situação parlamentar emergente das eleições legislativas de 6 de Outubro. A maior fragmentação das representações partidárias, a acrescida dificuldade na formação de maiorias parlamentares, a própria existência de um governo minoritário, tudo isso torna ainda mais imperioso que a actuação do Presidente da República seja interveniente, moderadora, responsabili-

Não é lícito interpretar juridicamente a constituição



zadora e solidária.

Serei um Presidente isento, imparcial, apenas motivado pelos mais profundos interesses do país. Mas não esperem de mim neutralidade, passividade ou indiferença.

*Como eu: quimica ha' muito que fêdo o gosto
klo produto ane'ptros.*

Foi a consciência destes imperativos que me levou a anunciar, ao tornar público o manifesto eleitoral, que proporei aos restantes agentes democráticos um Pacto de Estado. Sendo eleita Presidente da República, utilizarei todos os mecanismos à minha disposição para promover a solidariedade institucional entre os órgãos de soberania. Esta necessidade impõe-se, não apenas em nome de um melhor funcionamento do sistema, como ainda pelo respeito pela vontade popular, donde emana a legitimidade de todos os poderes democráticos.

Acredito firmemente na possibilidade e na fecundidade desse diálogo entre o Presidente, o Parlamento e o Governo. Contra os bloqueios, contra a estagnação, Portugal precisa de entendimento, de conjugação de esforços, de grandes objectivos nacionais que todos terão de cumprir.

Mas a proposta de Pacto de Estado não se dirige apenas aos órgãos do poder político. Dirige-se também às forças sociais. Dirige-se aos agentes económicos, aos empresários e aos trabalhadores. Dirige-se aos agentes culturais, desde a escola às mais diversas associações. Dirige-se à capacidade de todos os portugueses para se empenharem nas melhores soluções para o país. Sem participação social, sem mobilização das energias colectivas, não há projecto de sociedade que possa vingar, não há modelo de desenvolvimento que se possa materializar.

O Pacto de Estado significa assim o meu compromisso e o meu apelo a uma dinâmica tendente a favorecer a ^{o entendimento} ~~concertação~~ social, a convergência de interesses, o empenhamento comum na construção do futuro.



Daí a minha garantia, também presente na proposta de Pacto de Estado, de que apoiarei activamente todas as políticas que vão ao encontro da melhoria das condições de vida do nosso povo. Disse há pouco que serei um Presidente responsabilizador e solidário. Para exercer maior exigência democrática é também necessária maior solidariedade activa.

Candidato-me à Presidência da República, não para dividir mas para unir. Serei vigilante, não para destruir mas para construir. Convosco, com o vosso apoio, com a nossa esperança comum, vamos dignificar Portugal.

Fundação Cuidar o Futuro